

A CUT e o processo de integração do Cone Sul (Mercosul)



Silvana Grunewaldt Hillig

Professora Assistente do Departamento de História da UFSM. Mestre em História do Brasil pela PUC/RS

resumo

Esse artigo buscou rastrear a trajetória da Central Única dos Trabalhadores no processo de integração conhecido como MERCOSUL, desde os preparativos para o acordo em 1991 até o ano de 1996, visando demonstrar a participação e o papel que a CUT tem desenvolvido dentro do sindicalismo regional do Cone Sul. Com o objetivo de tornar o artigo mais didático dividimos essa trajetória em quatro diferentes fases. Uma primeira fase que antecede a assinatura do acordo onde procuramos esclarecer como a CUT construiu uma posição sobre a questão de integração, suas críticas e a sua definição pela intervenção no processo no IV CONCUR com o objetivo de dar ao acordo de integração um caráter mais social, democrático e transparente para a sociedade. A partir de 1991 a CUT desenvolve uma linha de atuação pautada pela defesa dos direitos sociais e trabalhistas no MERCOSUL, pela busca de novas garantias e se preocupou com a articulação de um movimento sindical regional capaz de maior poder de atuação. A partir de 1994, esse movimento regional passou a enfrentar sérios problemas em função da aceleração do processo de reestruturação produtiva na região, responsável pelo deslocamento de empregos e flexibilização dos direitos trabalhistas. Nesse momento, a CUT e as demais centrais assumiram uma posição defensiva dos interesses nacionais, principalmente em alguns ramos da produção, desacelerando e até mesmo entretendo algumas articulações setoriais e os trabalhos das centrais sindicais dentro da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul. Essas dificuldades refletiram na assinatura do acordo em 1995 e mantiveram o movimento na apatia até a realização do Intercâmbio Sindical chamado pela Escola Sul da CUT em abril de 1995, quando o movimento retoma seu fôlego e busca, com grandes dificuldades, novamente interferir no processo de integração.

Palavras-chaves

Sindicato, Cut, Mercosul

abstract

This article tried to investigate the Workers Single Central's (CUT) trajectory in a integration's process is Known as MERCOSUL from preparatives to agreement in 1991 until 1996 with purpose to demonstrate the participation and role that CUT has developed within Cone Sul's regional syndicalism. To become this research more didatics we divided this trajectory in four different phasis, before to fix agreement where it was elucidated how CUT composed a position about integration's point, its criticism and its definition by intervention in IV CONCUR process with aim to give for it mo0re social character, democratic and clearest to society. As from 1991 CUT develops an actuation line measured by social and labourite rights defense in MERCOSUL, by searching new garantees, CUT worried about articulation of regional syndical movement, with a hiegher actuation power. As from 1994, this regional movement suffered serious problems due acceleration productive restructure, which was responsible by job deslocating and labourite rights flexibility. In this period, CUT and others centrals assumed an a defensive position according to national interests mainly in many productive section spheres and also impeding some sectorial articulations, and labor inside Syndical's Central and their Organizations of Cone Sul too. These difficulties was maintained this movement was got back and was tried to abstain al though difficulties to interfere in this integration's process.

key Words

Labour Union, Cut, Mercosul

Esse artigo tem como objetivo rastrear a trajetória da Central Única dos Trabalhadores no processo de integração conhecido como MERCOSUL, desde os preparativos para o acordo em 1991 até o ano de 1996, visando demonstrar a participação e o papel que a CUT tem desenvolvido dentro do sindicalismo regional do Cone Sul. Iniciaremos o artigo resgatando a questão da integração dentro da CUT antes do acordo de 1991.

1. A questão da integração dentro da CUT até a sua decisão de participação no MERCOSUL, em 1991

A questão da integração é atualmente um dos focos de maior interesse da CUT no campo das relações internacionais em função dos processos conhecidos como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹ e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)².

A primeira menção sobre integração, nos debates da CUT, aconteceu no seu Segundo Congresso em 1986. Nesse congresso, a questão da integração não apareceu como um tema específico. Ela surgiu como uma proposta para vencer as dificuldades de desenvolvimento do III Mundo, tal qual coloca o texto de suas resoluções (1986, p.21):

(...) além de lutarmos pela modificação dos termos de relações comerciais entre os países capitalistas e os do III Mundo, também lutamos pelo aprofundamento da integração e da cooperação regionais, nos campos comerciais, produtivo, financeiro e tecnológico. As empresas conjuntas, a pesquisa comum em busca de uma tecnologia apropriada, a criação de uma moeda comum para a

região e os acordos comerciais efetivos são maneiras básicas de criar condições para a alteração da atual situação de exploração a que estão submetidos nossos países, e obviamente, nossos povos.

Embora o texto colocasse a questão da integração como uma possibilidade para alterar a situação de dependência, não houve, nesse CONCUR, uma preocupação em aprofundar o tema, nem tampouco propostas de luta para que elas fossem implementadas, porque, nesse momento, dentro da CUT, a grande preocupação, em nível internacional, era o problema da dívida externa dos países latino-americanos. Além disso, a CUT encontrava-se em fase de estruturação e iniciando seu processo de aparecimento das tendências internas, de forma estruturada, o que inviabilizava a formalização de uma linha de atuação em nível de política internacional dentro da entidade.

Com o aumento do número de acordos entre o Brasil e seus vizinhos do Cone Sul a partir de 1986, em especial com a Argentina e o Uruguai esse tema passou a receber maior atenção dos cutistas, levando a CUT a desenvolver um programa de trabalho sobre integração regional, principalmente a partir de 1988. Também, nesse período, passaram a ocorrer reuniões da CUT, no sul do país, sobre a questão da integração e a CUT passou a fazer parte de um programa de encontros com sindicatos e centrais dos países do cone sul sobre integração. Também foi criado em 1989 um Grupo de Trabalho sobre integração econômica do Cone Sul, o qual era coordenado, tanto pela Secretaria de Relações Internacionais, quanto pela Secretaria de Formação Sindical e tinha como objetivo, na época, analisar as conseqüências dos acordos que estavam sendo firmados entre o Brasil e a Argentina, o Brasil e o Uruguai e entre a Argentina e o Uruguai.

Em março de 1991, quando o Bra-

¹Esse projeto não é só um amplioumento do mercado interno, mas é fruto de um ajustamento na transição do modelo esgotado de substituição de exportação para um modelo de corte mais liberal. Sua preocupação maior tem sido com a inserção em nível internacional dos países membros, o que, sem dúvida, obriga este projeto a uma aceleração da abertura das economias desses países em detrimento de um complementaridade que lhes garantisse equilíbrio regional, maior autonomia, poder de decisão e barganha dentro do quadro internacional.

²A ALCA prevê a criação de uma zona de livre comércio em 2005 entre a América do Sul, Norte, Central e Caribe. Ela foi aprovada pelo governo dos Estados Unidos em dezembro de 1994, e por presidente de 34 países (menos Cuba).

a CUT criticava a falta de democracia com que o processo vinha sendo conduzido e o fato de que a liberação das fronteiras estava servindo sobretudo às empresas multinacionais.

sil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai firmaram o acordo de integração chamado de Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o qual deveria ser plenamente constituído em 1^o de janeiro de 1995, a CUT, em função do trabalho que vinha desenvolvendo desde 1988, se manifestou desfavorável tanto à forma como o acordo estava sendo conduzido, quanto à natureza do processo. Para a CUT um processo de integração deveria se embasar

em outros princípios que não os neoliberais para atender aos interesses da população. A questão da integração só apareceu como tema específico no IV Congresso da CUT (CONCUT), em agosto de 1991. Esse tema recebe maior destaque a partir de então pela constatação de irreversibilidade do Tratado, suas características e também porque esse tema servia para justificar uma participação mais orgânica da CUT no movimento sindical

internacional exatamente no momento em que as tendências debatiam internamente a filiação da CUT a uma central sindical mundial. Essa temática favorecia o discurso da Articulação, corrente hegemônica que desenvolvia uma intensa campanha no sentido de filiar a CUT a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) cuja direção era hegemônica por centrais sindicais de caráter social-democrata na medida em que o MERCOSUL significava práticas transnacionais e a CCSCS, órgão articulador das centrais, havia sido criado a partir do incentivo desta central internacional.

Segundo as resoluções deste congresso, o MERCOSUL era visto como um acordo diferenciado dos que tinham sido firmados de forma bilateral em função do seu caráter gradual, não flexível e simultâneo. Além de expressar preocupação em relação ao caráter do MERCOSUL, o texto abordava dúvidas sobre a capacidade de um projeto de

mercado comum se constituir frente a uma economia aberta e também em relação à questão do acordo firmado entre o MERCOSUL e o governo dos Estados Unidos, o qual poderia dar início a um modelo maior de integração, visando todo o continente e capitaneado pelos EUA. Além dessas preocupações, a CUT criticava a falta de democracia com que o processo vinha sendo conduzido e o fato de que a liberação das fronteiras estava servindo sobretudo às empresas multinacionais.

O IV CONCUT também teve preocupação em aprovar uma proposta de unificação das centrais dos quatro países envolvidos no processo de integração, como forma de pressão sobre este e com o apoio da ORIT e da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, além da formação de fóruns de caráter unitário e de representação supra nacional. Também ficou decidido que as reivindicações deliberadas no CONCUT deveriam ser encaminhadas, tanto para o governo, quanto para as demais centrais sindicais envolvidas no processo de integração do Cone Sul firmado pelo Tratado de Assunção.

Também foi aprovada, nesse CONCUT, a continuação, tanto do Grupo de Trabalho sobre o MERCOSUL, sob a coordenação das Secretarias de Política Sindical e de Relações Internacionais da CUT, como do programa de encontros e seminários que a CUT já vinha desenvolvendo juntamente com a CUT/Paraguai, a PIT/CNT do Uruguai e alguns sindicatos argentinos. Também foi aprovado que a Direção Nacional buscasse criar condições para que as categorias atingidas participassem articuladamente dessa luta e que as discussões tivessem caráter regional.

As resoluções do IV CONCUT foram a primeira posição oficial da CUT sobre o MERCOSUL e são elas que irão orientar as estratégias da Central em re-

lação ao processo.

Após o IV CONCUR, a CUT passou a implementar um esforço de intervenção bem mais ordenado em relação ao MERCOSUL. Ainda, em agosto, mês em que o CONCUR se realizou, foi formado o Grupo de Trabalho e o Departamento do MERCOSUL. O trabalho do Grupo do MERCOSUL era coordenado pelas Secretarias de Política Sindical e de Relações Internacionais. Também participaram desse grupo dirigentes, assessores e técnicos da CUT ou de entidades próximas.

Em novembro deste ano, demonstrando a articulação existente entre as centrais sindicais dos quatro países, estas reuniram-se em Buenos Aires, onde foi elaborado um documento, contendo as primeiras manifestações oficiais conjunta das centrais em relação ao MERCOSUL. Representantes da CCSCS também participaram desse encontro.

Em dezembro de 1991, reforçando sua articulação, as centrais dos quatro países promoveram, juntamente com a Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, o Ato de Foz do Iguaçu que teve como objetivo entregar aos ministros, ali reunidos para tratar de assuntos do MERCOSUL, o documento elaborado por elas no mês anterior em Buenos Aires.

Nesse encontro, as centrais sindicais membros da Coordenadoria das centrais sindicais do Cone Sul também apresentaram suas expectativas e reivindicações, bem como manifestaram seu interesse em participar, tanto do processo, quanto das negociações deste. Elas também solicitaram a criação do 11º subgrupo para tratar exclusivamente das questões trabalhistas. Além dessas reivindicações, o documento propunha a criação de um Fórum Tripartite, inspirado na experiência européia, com função de discutir aspectos sociais e vinculados à política macroeconômica. O documento entregue

nesse encontro veio a ficar conhecido como "Documento para los Ministros de Trabajo de las Republicas Integrantes del MERCOSUR".

As únicas reivindicações atendidas desse documento foram a ratificação das principais convenções internacionais da OIT e a criação de um décimo primeiro subgrupo, que debateria as questões sociais, o subgrupo do Trabalho. Segundo citação do Caderno Sindical sobre o MERCOSUL (1996, p. 42) :

(...)pode-se dizer que a sua aceitação foi motivada por três razões básicas: a pretensão de construir um mercado comum colocava a médio prazo a necessidade de harmonizar as regras laborais, mas principalmente a eminência do livre comércio exigia igualdade de condições de custos para a competição comercial, sendo o custo do trabalho um fator importante nessa equalização; o desejo de protagonismo dos ministros do Trabalho; a propaganda da existência de um espaço social no processo de implantação do MERCOSUL.

2. A participação da CUT no MERCOSUL entre 1992/1994

Em 1992, com Itamar Franco frente a presidência da República no Brasil, teve início uma nova fase no MERCOSUL. Nesse período, os governos buscaram alternativas para viabilizar uma união alfandegária, que deveria ser concretizada em 31 de dezembro de 1994. Essa tentativa implicava em enfrentar as

dificuldades referentes às diferenças de estrutura produtiva. Enquanto o Brasil possuía um parque industrial competitivo, internacionalmente, a Argentina passava por um processo de desindustrialização. O Uruguai caracterizava-se por uma economia agropecuária e o Paraguai primava por uma abertura comercial muito ampla se comparada com os demais países. Essas diferenças vinham impedindo a definição de tarifas externas comuns. O esforço dos quatro países de concretizar a união aduaneira teve início com a reunião de Las Leñas, em junho desse ano, que tinha como objetivo definir um cronograma para tornar possível, essa, em 1994.

Essa fase do MERCOSUL vai ser marcada por disputas entre setores da economia e pelo início da participação efetiva do movimento sindical no processo. A CUT passou a integrar a Comissão Sindical para o MERCOSUL, além de vários subgrupos de trabalho. Também foi nesse ano que a CUT iniciou seu programa de formação sindical e que as articulações setoriais entre os quatro países ganharam impulso.

Durante o mês de abril, deu-se a instalação efetiva do subgrupo onze, reclamado pelos trabalhadores no ato de Foz de Iguaçu. Esse subgrupo foi constituído por oito comissões, as quais trabalharam nos seguintes temas: Direitos Individuais, Direitos Coletivos, Emprego, Formação Profissional, Seguridade Social, Saúde e Segurança no Trabalho, temas setoriais, Convenções da OIT e a Carta dos Direitos Fundamentais. O trabalho das comissões desse subgrupo, suas propostas e debates eram levados para uma plenária. Embora esse subgrupo fosse constituído por integrantes do governo e dos setores privados, as decisões eram tomadas pelos primeiros.

Segundo o calendário instituído em

junho de 1992, na reunião de Las Leñas, esse subgrupo deveria, num primeiro momento, fazer um estudo técnico comparado, para somente depois elaborar propostas visando "à harmonização das legislações e superação das assimetrias nas relações trabalhistas", conforme o Caderno Sindical sobre o MERCOSUL (1996, p.43). Essa primeira fase foi programada para ser encerrada na reunião de Ouro Preto, no final de 1994, período combinado para o fim da fase de transição do tratado.

Em julho de 1992, durante a quinta plenária da CUT, o encaminhamento da CUT em relação ao MERCOSUL foi ratificado na medida em que esta plenária aprovou a proposta de continuar a impulsionar o trabalho desenvolvido pelas centrais sindicais do Cone Sul, através da CCSCS. Essa decisão vinha também de encontro a defesa da proposta da CUT de uma participação mais orgânica no movimento sindical internacional e sua filiação a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) na medida em que a Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul foi criada com o apoio dessa central internacional.

Três meses após a quinta plenária, em outubro de 1992, a Secretaria de Política Sindical da CUT lançou um documento contendo elementos para a estratégia sindical da CUT dentro do MERCOSUL. Segundo esse documento, a integração poderia vir a ser uma saída para a crise econômica e social, no entanto, a forma conservadora como o processo vinha se desenvolvendo, favorecia apenas aos empresários e grupos multinacionais. Ao mesmo tempo em que critica o processo esse documento coloca que a estratégia sindical deve considerar a indefinição do processo no futuro e a possibilidade de intervenção nesse. Assim, propõe a defesa de um projeto de integração regional com base nas realidades nacionais e que tenha como base a complementaridade econômica, potencializando a região e fazendo com

a integração poderia vir a ser uma saída para a crise econômica e social, no entanto, a forma conservadora como o processo vinha se desenvolvendo, favorecia apenas aos empresários e grupos multinacionais

que sua inserção externa se dê a partir das necessidades nacionais e regionais. Também defende a democratização.

O crescimento da preocupação da CUT em relação ao MERCOSUL cresce visivelmente nesse período. Em novembro, a Secretaria Nacional de Formação da CUT realizou o I Encontro dos Secretários de Formação das Centrais do Cone Sul. Nesse encontro, foram gestadas as bases para um programa comum de formação sindical para o MERCOSUL entre as centrais dos quatro países. Entre os anos de 1992 a 1994, esse programa atingiu apenas os estados do sul do Brasil, sendo depois ampliado. No mês seguinte, aconteceu, na cidade de Montevideu, um importante evento para a articulação e unidade do movimento sindical regional: o Seminário de Avaliação do Processo de Integração no MERCOSUL. Nesse seminário os sindicalistas apontam problemas de coordenação entre as centrais sindicais, despreparo para a participação nas reuniões e comissões do MERCOSUL, falta de aprofundamento nos debates e sobretudo dificuldades na unificação das lutas entre as próprias centrais. Também foi feita uma reavaliação da estratégia sindical para o MERCOSUL, a qual foi sintetizada em uma nova Carta aos Presidentes. Essa carta deveria ser entregue pelas centrais aos quatro presidentes reunidos em Montevideu, no entanto, isso não foi possível. Assim, cada central entregou uma cópia do documento ao presidente do seu respectivo país. Somente a CUT conseguiu que o governo brasileiro aceitasse algumas das propostas contidas no documento.

Essa carta, de dezembro de 1992, reconhecia explicitamente a necessidade da integração. No entanto, com base nos enunciados do Tratado de Assunção questionava o antagonismo entre estes e a orientação que vinha sendo dada ao acordo. Na carta, as centrais solicitavam que fossem elaboradas de forma democrática, políticas de desenvolvimento para a re-

gião. Também a carta aos presidentes teve como objetivo denunciar as dificuldades que as centrais sindicais estavam encontrando para incluir na agenda das comissões temáticas assuntos de maior interesse dos trabalhadores e o "tecnicismo" dos trabalhos no subgrupo onze, que vinham impedindo o debate sobre os problemas reais do processo.

O ano de 1992 também marcou uma importante iniciativa de articulação entre as centrais sindicais. A CCSCS organizou um grupo denominado de Comissão Sindical MERCOSUL que deveria tratar exclusivamente do processo integracionista em curso. Essa comissão passou a ser responsável pela elaboração dos documentos sindicais em relação ao MERCOSUL, bem como pela ampliação da participação dos setores sindicais em outros grupos como o 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Também coube a essa comissão dar encaminhamento às estratégias das centrais em relação à integração e traçar uma perspectiva de relação conjunta entre o movimento sindical do cone sul. A Comissão Sindical do MERCOSUL também assumiu a tarefa de organizar os trabalhadores fronteiriços, na medida em que estes serão os primeiros a serem atingidos pelo processo integracionista. Participam dessa comissão, representantes dos quatro países.

No final de 1992 e início de 1993, começaram os impasses nas negociações do MERCOSUL entre os governos em função do início das negociações acerca da Tarifa Externa Comum (TEC). Esses impasses vão durar até a adoção do Plano Real, em 1994, quando então o MERCOSUL assumiu franco caráter comercialista. Tal qual o ano de 1992, o ano de 1993 foi um período de ativas tentativas de intervenção no processo por parte das centrais sindicais. Nesse período, os sindicalistas envolvidos no processo passaram a se preocupar com as políticas industriais e agrícolas, além de se empenharem na continuidade da política de defesa dos direitos trabalhistas e soci-

ais. Em função dessas preocupações, a CCSCS definiu dois objetivos a serem cumpridos nesse ano: a formulação de propostas políticas macroeconômicas e a formulação da proposta de Carta dos Direitos Fundamentais, que só foi concluída no final do ano.

Héctor ALIMONDA (1994, p.19) comenta que a carta:

(...) defende a inclusão de um conjunto de direitos sociais, extrapolando o espaço mais restrito do âmbito sindical. Coerente com as orientações estratégicas vigentes no sindicalismo brasileiro, considerou necessário expandir os limites da cidadania e dos direitos sociais e humanos, além dos tradicionais, contribuindo para elevar os níveis de vida e para fortalecer a democracia.

A abrangência da carta revelou não só a falta de sintonia entre as centrais, como provocou dificuldades também com os governos e os empresários em função da sua amplitude. De positivo o compromisso firmado entre as centrais de torná-la um eixo de articulação das suas ações e alianças com outros setores sociais.

Paralelo a essas atividades, a CUT se preocupou em realizar vários seminários sobre o MERCOSUL, bem como buscou estruturar melhor uma política de formação de monitores para o MERCOSUL, os quais deveriam ter como função dar início a um trabalho de maior esclarecimento sobre o processo para os trabalhadores em geral.

Entre o período de 1992 e 1993, ocorreram inúmeros encontros setoriais para tratar sobre a questão do

MERCOSUL, sendo que alguns desses encontros, como o dos metalúrgicos, dos bancários, dos químicos e dos rurais, se deram por iniciativa da CUT.

Em janeiro de 1994, as centrais sindicais, através da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) buscaram apresentar aos governos dos quatro países, reunidos na Colônia do Sacramento, no Uruguai, a Carta de Direitos Fundamentais do MERCOSUL, elaborada durante o ano de 1993. No entanto, essa proposta jamais foi avaliada pelos governos e as centrais acabaram registrando a carta na Secretaria do MERCOSUL.

3. A participação da CUT no MERCOSUL entre meados de 1994/1995: entaves na atuação da CCSCS e atitudes protecionistas da CUT frente ao processo de reestruturação produtiva em curso na região

Nos primeiros meses de 1994, foi lançado, no Brasil, o Plano Real. Esse plano, estabeleceu a URV e propôs a criação de uma nova moeda equiparada ao dólar, chamada de real. O Plano Real ou FHC seguia a mesma linha de liberalização dos planos instalados em vários países da América Latina, fazendo com que fossem despertadas muitas apreensões entre os sindicalistas em função das conseqüências da liberalização para o país e para os trabalhadores especialmente. Essas preocupações causadas pela instalação do Plano Real repercutiram no V CONCUT, que aconteceu em maio de

1994, fazendo com que a central adotasse posições do tipo protecionista em relação ao processo de integração em curso como uma forma de defender o emprego no país.

A partir da idéia "MERCOSUL: Rever o Tratado e fazer nossa integração" foram apontadas duas diretrizes básicas para o MERCOSUL: a necessidade de modificar as características do processo integracionista em curso e atitudes de defesa de setores e empregos prejudicados com abertura em curso proporcionada, ainda mais, pelo MERCOSUL. A CUT ratificou a luta por um processo de integração que se constituísse em um novo modelo de desenvolvimento pautado pela "complementaridade e especialização produtiva". Para promover esse projeto, a CUT propôs, nesse CONCUR, políticas de promoção e desenvolvimento em relação: à indústria e à agricultura, à Tarifa Externa Comum e Certificado de Origem, os Fundos Sociais, direitos sociais e trabalhistas, emprego e formação profissional.

A CUT também se manifestou favorável à revisão da desgravação tarifária intra-regional e que a implementação da Tarifa Externa Comum (TEC) e dos Critérios de Origem (CO) fosse definida por critérios de "seletividade e gradualismo". Esta postura foi fruto do entendimento de que, tanto o TEC, quanto o CO são fundamentais para a implantação de políticas de desenvolvimento. Para a CUT, as decisões nesse sentido deveriam ser definidas a partir dos índices brasileiros que são os mais altos dos quatro países. Também a CUT defendeu que essa medida fosse acompanhada de financiamentos e de reconversão industrial a fim de que os desequilíbrios que pudessem vir a acontecer em função do processo fossem equilibrados. Também foi proposto o incentivo ao debate da Carta dos Direitos Fundamentais entre os presidentes, empresários e no subgrupo de relações trabalhistas e defendida a manutenção da luta pela democratização do processo.

O V CONCUR também ratificou a continuidade à ação conjunta entre as centrais sindicais dos quatro países envolvidos no MERCOSUL.

Essa perspectiva de "rever o tratado" estava diretamente relacionada a aposta da CUT, segundo as resoluções do CONCUR e publicações posteriores a ele, no processo eleitoral em curso no país e na vitória de Lula, candidato da oposição. Para os cutistas somente a vitória de Lula poderia garantir as mudanças pleiteadas pelos trabalhadores no processo de integração.

Apesar do CONCUR ter reafirmado os princípios e as estratégias que vinham sendo defendidas pela CUT, até então, para a integração, essa linha de atuação foi severamente criticada por grupos de oposição à Articulação como os trotskistas e os militantes da Corrente Sindical Classista, que, inclusive, apresentaram moções contrárias à da diretoria, mas que não obtiveram aprovação neste congresso.

Seguindo orientação do CONCUR, após este, a CUT passou a pressionar as posições do governo para que, na fase final do período de transição, o MERCOSUL assumisse um contorno mais social. Ela procurou negociar com o governo para que fosse criada uma comissão consultiva e também buscou dinamizar sua atuação em nível setorial. Vicente Paulo da Silva, então presidente eleito no V CONCUR, foi quem fez a solicitação ao Ministério da Fazenda da criação de uma comissão consultiva dentro do MERCOSUL. Essa comissão deveria ter a participação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, além de representantes das principais associações industriais e das três centrais sindicais brasileiras. Essa proposta foi aceita e a comissão foi criada

duas diretrizes básicas para o MERCOSUL: a necessidade de modificar as características do processo integracionista em curso e atitudes de defesa de setores e empregos prejudicados com abertura em curso proporcionada

da.

Na primeira reunião da comissão, em 20 de julho, na cidade de Brasília, a CUT manifestou suas discordâncias em relação aos encaminhamentos do TEC e CO, além das propostas aprovadas em seu último congresso. Embora não tenha conseguido reverter as decisões tomadas, nessa reunião ela conseguiu aprovar a formação de um fórum tripartite de caráter permanente com a função de analisar decisões ligadas ao comércio, à produção e ao trabalho.

Nesse período a CUT também elaborou uma proposta de organização de Câmaras Setoriais Regionais por entender que, no âmbito setorial/ ou a nível de empresas, ela teria maiores chances de intervenção no processo.

Essas tentativas cutistas foram frustradas com a derrota de Lula e a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais, vitória esta que garantiu a continuação do processo de liberalização econômica no país e o caráter comercialista do MERCOSUL. É a partir desse contexto que se colocam as dificuldades referentes à definição da Tarifa Externa Comum (TEC) que não só passaram a ser o centro das discussões no MERCOSUL como afetaram também o movimento sindical que frente a conjuntura e a fragilidade da CCSCS fizeram com que as centrais sindicais dos quatro países priorizassem seus interesses nacionais em detrimento dos regionais.

A proposta brasileira de manter os patamares mais elevados não foram aceitas pelos uruguaios que viam nessa proposta um aumento da dependência do seu país em relação ao Brasil e à Argentina. A Argentina, apesar da desativação industrial que nela vinha se processando, apoiou a proposta brasileira. A fim de resolver o impasse foi lançada a proposta de gradualidade na elevação da TEC a ser negociada posteriormente. Dentro das tentativas, por parte das centrais de manter

uma luta conjunta, a Comissão Sindical do MERCOSUL reuniu-se, nos dias 8 e 9 de outubro, para avaliar os resultados da reunião dos presidentes dos países que estão envolvidos no MERCOSUL e estruturar propostas que, após serem aprovadas pela Executiva, passariam a ser incorporadas ao calendário político da central para 1995. Também em 16 de dezembro foi realizada a Conferência Sindical pela Democratização do MERCOSUL, em São Paulo, que contou com a presença de 100 dirigentes sindicais, além de outros participantes, inclusive observadores internacionais que defenderam nesta a visão de integração para complementação e fortalecimento do poder de barganha internacional e a necessidade de adoção da Carta dos Direitos Fundamentais.

No dia seguinte ao início da conferência sobre a democratização do MERCOSUL, realizou-se a reunião dos presidentes em Ouro Preto para formalizar o Protocolo de Ouro Preto que instituiu o MERCOSUL, a partir de primeiro de janeiro de 1995.

Nesse período, o subgrupo onze, ainda não havia concluído os trabalhos de comparação de legislação e havia formulado somente duas propostas para a Reunião de Ouro Preto: a ratificação das trinta e cinco convenções da OIT e do Acordo Multilateral de Previdência Privada. Apesar do trabalho da comissão se encontrar em um estágio pouco evoluído, ele foi enviado para a reunião de Ouro Preto, mas não houve nenhum aproveitamento do trabalho do subgrupo 11 ou inclusão a respeito de trabalho e previdência no acordo na assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Os participantes da reunião de Ouro Preto justificaram a não apreciação de nenhuma questão referente ao trabalho ou à previdência, argüindo que o adiamento da livre circulação de mão-de-obra no MERCOSUL prevista inicialmente para 1995 fizera com que esta questão fosse protelada. Nessa reunião de Ouro Preto também foi entregue, pela CCSCS, um

documento aos presidentes onde as centrais sindicais novamente se mostravam favorável ao processo de integração regional, mas que este deveria extrapolar seu caráter comercialista. De importante para os trabalhadores nessa reunião de Ouro Preto, foi a criação do Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL (FCES) cujo papel deveria ser formular recomendações às consultas do Grupo do Mercado Comum (GMC).

A partir da entrada em vigor do TEC e dos acordos consolidados com o Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, começaram a surgir dificuldades na continuidade das negociações entre os governos, agravadas pela crise mexicana e o perigo de déficit comercial na Argentina que haviam começado a se manifestar em dezembro desse ano. Essa conjuntura fez com que o Brasil lançasse a proposta de uma lista móvel de tarifas de exceção para proteger alguns setores, provocando divergências entre as centrais e dificultando ainda mais a sua atuação cada vez mais apática em função da defesa dos interesses de seus países no processo de reestruturação econômica em curso.

Nesse período, embora o cronograma não tivesse sido alterado, pôde-se perceber importantes modificações no rumo das negociações. Os grupos de trabalho foram esvaziados, o acordo assumiu caráter comercialista, a harmonização de políticas deixou de ser prioridade e as propostas do grupo onze passaram a encontrar ainda maior resistência por parte dos quatro governos. Essa "quase letargia" do movimento sindical, iniciada em 1994, durará até 1995 quando acontece o Intercâmbio Sindical do Cone Sul.

4. A participação da CUT no MERCOSUL entre meados de 1995/1996:

revitalização da ação da CUT e do movimento sindical

Em abril de 1995, o movimento sindical dá sinais de revitalização com a promoção do Intercâmbio Sindical do Cone Sul pela Escola Sul da CUT. Nesse seminário, foi apontada a necessidade de ser construído um espaço sistemático de discussão e formação sobre o MERCOSUL em consonância com a CCSCS. A partir deste seminário, o programa de formação para o MERCOSUL foi ampliado para todo o país.

No mês seguinte o subgrupo do Trabalho realizou, na cidade de Buenos Aires, sua primeira reunião após a assinatura do Tratado. Na pauta desse subgrupo, agora denominado de 10, já não constavam alguns dos temas que estavam sendo tratados anteriormente e os que se mantiveram em pauta foram bastante reduzidos.

Em agosto de 1995, as centrais novamente tentaram entregar uma nova carta aos Presidentes, que desta vez se encontravam reunidos na cidade de Assunção, no Paraguai. Essa carta retomava as reivindicações da carta de 1994 e cobrava democracia dentro do processo. Também havia na carta preocupações acerca do projeto de livre comércio das Américas e com as negociações mantidas entre o MERCOSUL e a União Européia.

Ainda em 1995, novembro, foi realizada a primeira reunião do Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL (FCES) que teve como objetivo definir o regimento e funcionamento desse fórum, propiciando um novo espaço oficial de intervenção para o movimento sindical regional.

as centrais sindicais novamente se mostravam favorável ao processo de integração regional, mas que este deveria extrapolar seu caráter comercialista

Esse reestabelecimento das atividades sindicais no MERCOSUL em 1995 foi intensificado em 1996. Em julho de 1996, a CUT brasileira assumiu, por um período de doze meses, a coordenação e a secretaria da CCSCS, dando início a uma nova fase na Coordenadoria. A partir da sua posse, os trabalhos da Coordenadoria passaram a ter maior fôlego no sentido de unificar o movimento e de buscar o redimensionamento do processo de integração. A CUT participou da segunda reunião do subgrupo dez, após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que aconteceu na cidade de Brasília, em setembro. Também enviou as recomendações do subgrupo dez ao GMC, sendo a principal a cooperação técnica com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que possibilitaria o estabelecimento de um espaço social no MERCOSUL, uma das principais reivindicações das centrais sindicais.

A atuação da CCSCS fechou suas atividades de 1996 com o "Dia Internacional de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores no MERCOSUL" na cidade de Fortaleza no Brasil em 17 de dezembro. Esse ato contou com a presença de mais de quatro mil trabalhadores no ato público e teve como propósito reivindicar a democratização do processo, a adoção de uma Carta Social, a constituição de um fundo de reconversão produtiva, a requalificação profissional, emprego e sobretudo reconhecimento do papel dos sindicatos na negociação e contratação coletiva. Sua concretização marca a determinação das centrais sindicais do Cone Sul, e, em especial da CUT, de buscar o revigoramento da capacidade de articulação do movimento sindical e a ampliação da capacidade de intervenção nas negociações no MERCOSUL. Esse ato também aconteceu na cidade de Montevideu que reuniu 5 mil pessoas. Assunção, em Buenos Aires e na cidade de São Borja, fronteira do Brasil e Argentina.

Bibliografia

ALIMONDA, H. **O MERCOSUL e a Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: 1996, mimeografado.

ALMEIDA, A. J. (organizador), **MERCOSUL, Integração e Impacto Sócio-Econômico**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

CADERNO DE FORMAÇÃO SINDICAL SOBRE O MERCOSUL. Florianópolis: Escola Sul da CUT, ILDEFES, Fundação Friedrich Ebert no Brasil, 1994.

CADERNO SINDICAL SOBRE O MERCOSUL. Florianópolis: Escola Sul da CUT, 1996.

CASTRO, M. S. P., RODRIGUES, I. J., VIGEVANI, T., ZYLBERSTAJN, H. (Organizadores) **Processos de Integração regional e a Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTRO, M. S. P. **MERCOSUL e Ação Sindical**. São Paulo: 1994, mimeografado.

— **Estratégias da Ação Sindical no MERCOSUL**. São Paulo: 1996, mimeografado.

CHALOULT, Y. **Transnacionalização das práticas sindicais no MERCOSUL**. Brasília: 1997, mimeografado.

COMISSÃO SINDICAL DO MERCOSUL. **Propostas da Comissão Sindical do MERCOSUL**. Buenos Aires, 1994, mimeografado.

— **Carta Social**, 1994, mimeografado.

2º CONGRESSO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 4,

1986, Rio de Janeiro. **Teses** . São Paulo: CUT, 1986.

2º CONGRESSO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 4, 1986, Rio de Janeiro. **Resoluções...** São Paulo: CUT, 1986.

3º CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 1988, Belo Horizonte. **Teses**. São Paulo: CUT, 1988.

3º CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 1988, Belo Horizonte. **Resoluções** . São Paulo: CUT, 1988.

4º CONGRESSO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 4, 1991, São Paulo. **Teses** . São Paulo: CUT, 1991.

4º CONGRESSO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 4, 1991, São Paulo. **Resoluções**. São Paulo: CUT, 1991.

5º CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 5. 1994, São Paulo. **Texto Base** ... São Paulo: CUT, 1994.

5º CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 5. 1994, São Paulo. **Resoluções** ... São Paulo: CUT, 1994.

5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 5. 1992 **Tese Base** .. São Paulo: CUT, 1992.

5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 6. 1992, São Paulo. **Resoluções** . São Paulo: CUT, 1992.

Endereço da autora

Silvana Grunewaldt Hilig
Florianópolis, 1750. 4º andar
97015-372 – Santa Maria - RS